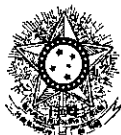


024

Supremo Tribunal Federal  
Pet 0006745 - 14/03/2017 17:46  
0002544-76 2017.1 00.0000



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Nº 54343/2017-GTLJ/PGR  
Relator: Ministro Edson Fachin  
Distribuição por conexão à Petição nº 6.530

**SIGILOSO**

**PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILOSO AUTUADO COMO PETIÇÃO. TERMO DE DECLARAÇÃO COLHIDO NO ÂMBITO DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA. REFERÊNCIA A PESSOAS SEM FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MANIFESTAÇÃO PELA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA E REMESSA DO TERMO A ÓRGÃO COM ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAR OS FATOS.**

1. Celebração e posterior homologação de acordos de colaboração premiada no decorrer da chamada “Operação Lava Jato”. Conjunto de investigações e ações penais que tratam de esquema criminoso de corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro relacionados entes e órgãos públicos.
2. Colheita de termos de declaração de colaboradores nos quais se relatam fatos aparentemente ilícitos envolvendo pessoas sem prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal. Inteligência do artigo 102, I, *b* e *c*, da Constituição Federal.
3. Manifestação pela declinação de competência em relação a tais fatos para a adoção das providências cabíveis.

O Procurador-Geral da República vem perante Vossa Excelência se manifestar nos termos que se seguem.

034

## 1. Da contextualização dos fatos

O Ministério Público Federal, no decorrer das investigações da Operação Lava Jato, firmou acordos de colaboração premiada com 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, havendo protocolizado, em 19.12.2016, Petições no Supremo Tribunal Federal visando à homologação dos referidos acordos, nos termos do disposto no art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013.

Em decorrência dos referidos acordos de colaboração, foram prestados por seus respectivos colaboradores centenas de termos de colaboração, no bojo dos quais se relatou a prática de distintos crimes por pessoas com e sem foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

A Ministra Presidente desta Corte Suprema, em 28.1.2017, determinou a homologação dos acordos de colaboração em referência, após, vieram os autos à Procuradoria-Geral da República.

## 2. Do caso concreto

A presente manifestação trata do Termo de Depoimento nº 39 do colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR e do Termo de Depoimento nº 6 do colaborador LEANDRO ANDRADE AZEVEDO.

Nos referidos termos de depoimento, ambos os colaborado-

of

res relatam terem sido efetuados pela Odebrecht pagamentos de valores ilícitos a LUIZ FERNANDO PEZÃO, os quais foram operacionalizados pela equipe de HILBERTO SILVA com registros no Sistema *Drousys*<sup>1</sup>, bem como entregues pessoalmente e também por meio de transferências para contas bancárias mantidas no exterior.

Relativamente a esses fatos, os colaboradores não fazem menção a crimes, em tese, cometidos por detentores de foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista o possível envolvimento do atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, LUIZ FERNANDO PEZÃO, nos fatos relatados, os mencionados termos de depoimento merecem ser apreciados no âmbito da competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, "a", da Constituição Federal.

### 3. Dos requerimentos

Em face do exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) seja reconhecida a incompetência do Supremo Tribunal Federal para apreciar os fatos versados no Termo de Depoimento nº 39 do colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR e no Termo de Depoimento nº 6 do colaborador LEANDRO AN-

<sup>1</sup> O *Drousys* foi um sistema de informática paralelo ao sistema de informática oficial da Odebrecht, de acesso restrito, para pagamento e controle de operações financeiras da área de operações estruturadas, tendo sido instituído em 2007 ou 2008, para o aperfeiçoamento da comunicação entre os operadores e *officers* de bancos (ver TERMO de DEPOIMENTO 06 do colaborador HILBERTO SILVA).

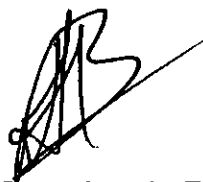
OSP

DRADE AZEVEDO e nos documentos a eles relacionados;

b) seja a Procuradoria-Geral da República autorizada a utilizar os referidos termos de depoimento perante o Superior Tribunal de Justiça para as providências cabíveis; e

c) o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimentos aqui referido<sup>2</sup>.

Brasília (DF), 13 de março de 2017.



**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**

Procurador-Geral da República

SB/CN/MF

2 “É certo que a Lei 12.850/2013, quando trata da colaboração premiada em investigações criminais, impõe regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7<sup>o</sup>), sigilo que, em princípio, perdura até a decisão de recebimento da denúncia, se for o caso (art. 7<sup>o</sup>, § 3<sup>o</sup>). Essa restrição, todavia, tem como finalidades precípua (a) proteger a pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5<sup>o</sup>, II) e (b) garantir o êxito das investigações (art. 7<sup>o</sup>, § 2<sup>o</sup>). No caso, o desinteresse manifestado pelo órgão acusador revela não mais subsistirem razões a impor o regime restritivo de publicidade”. (Pet 6.121, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 25/10/2016, publicado em DJe-232 DIVULG 28/10/2016 PUBLIC 03/11/2016).

Per 64hs

op

**PEZÃO**  
Manifestação nº 54343/2017 – GTLJ/PGR

I<sub>1</sub>

*Supremo Tribunal Federal*

Secretaria Judiciária

**CERTIDÃO**

**Pet nº 6745**

Certifico que, em 14 de março de 2017, recebi o processo protocolizado sob o número em epigrafe, acompanhado de uma mídia.

Certifico, ainda, que procedi a autuação e a distribuição deste feito com as cautelas de sigilo previstas no art. 230-C, §2º, do RISTF, bem como na Resolução 579/STF.

Brasília, 14 de março de 2017.

  
Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775

82

*Supremo Tribunal Federal*  
*Secretaria Judiciária*  
*Coordenadoria de Processamento Inicial*

**Termo de recebimento e autuação**

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

**Pet nº 6745**

**PROCED. : DISTRITO FEDERAL**

**ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 6745**

**REQTE.(S): SOB SIGILO**

**PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO**

**QTD.FOLHAS: 7 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0**

**ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL | Investigação Penal**

**DATA DE AUTUAÇÃO: 16/03/2017 - 15:16:39**

**Certidão de distribuição**

**Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:**

- Característica da distribuição: PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: PETIÇÃO nº 6530
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

**DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2017 - 18:22:00**

Brasília, 16 de Março de 2017.

**Coordenadoria de Processamento Inicial  
(documento eletrônico)**

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao(a)  
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a)  
Relator(a)  
Brasília, 21 de março de 2017.

Patricia Pereira M. Martins - 1775

PETIÇÃO 6.745 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
REQTE.(S) : SOB SIGILO  
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO

**DECISÃO: 1.** Trata-se de petição instaurada com lastro nos termos de depoimento dos colaboradores Benedicto Barbosa da Silva Júnior (Termo de Depoimento n. 39) e Leandro Andrade Azevedo (Termo de Depoimento n. 6), os quais relatam que foram feitos pagamentos indevidos a Luiz Fernando de Souza (Pezão), atual Governado do Estado do Rio de Janeiro, pela equipe de Hilberto Silva. Esses repasses teriam sido registrados no Sistema "Drousys", enquanto os valores foram entregues em quantias pessoalmente e por meio de contas no exterior.

Afirmando que não existe menção a crimes praticados por autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função nesta Corte, requer o Procurador-Geral da República o reconhecimento da incompetência do Supremo Tribunal Federal para a apuração dos fatos. Considerando que o suposto beneficiário das doações exerce o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, postula autorização para utilização dos depoimentos, e respectivos documentos, perante o Superior Tribunal de Justiça. Pede, por fim, "*o levantamento do sigilo em relação aos termos aqui referidos*" (fl. 5).

2. De fato, nada obstante haver descrição de conduta que se amolda, em tese, à figura típica e necessita ser investigada, não há, nesta fase, o envolvimento de autoridade que detenha foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, o que possibilita, desde logo, o uso de cópia das declarações prestadas pelos colaboradores ao juízo indicado como, em tese, competente.

3. Com relação ao pleito de levantamento do sigilo dos autos, anoto que, como regra geral, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX), e desde que "*a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação*" (art. 93, IX).

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição, em antecipado



**PET 6745 / DF**

juízo de ponderação iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais, prestigia o interesse público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido). Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

D'outro lado, a Lei 12.850/2013, ao tratar da colaboração premiada em investigações criminais, impôs regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), circunstância que, em princípio, perdura, se for o caso, até o eventual recebimento da denúncia (art. 7º, § 3º). Observe-se, entretanto, que referida sistemática deve ser compreendida à luz das regras e princípios constitucionais, tendo como lastro suas finalidades precípuas, quais sejam, a garantia do êxito das investigações (art. 7º, § 2º) e a proteção à pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II). Não fosse isso, compete enfatizar que o mencionado art. 7º, § 3º, relaciona-se ao exercício do direito de defesa, assegurando ao denunciado, após o recebimento da peça acusatória, e com os meios e recursos inerentes ao contraditório, a possibilidade de insurgir-se contra a denúncia. Todavia, referido dispositivo que, como dito, tem a preservação da ampla defesa como razão de ser, não veda a implementação da publicidade em momento processual anterior.

4. No caso, a manifestação do órgão acusador revela, desde logo, que não mais subsistem, sob a ótica do sucesso da investigação, razões que determinem a manutenção do regime restritivo da publicidade.

Em relação aos direitos do colaborador, as particularidades da situação evidenciam que o contexto fático subjacente, notadamente o envolvimento em delitos associados à gestão da coisa pública, atraem o

**PET 6745 / DF**

interesse público à informação e, portanto, desautorizam o afastamento da norma constitucional que confere predileção à publicidade dos atos processuais. Com esse pensamento, aliás, o saudoso Min. TEORI ZAVASCKI, meu antecessor na Relatoria de inúmeros feitos a este relacionados, já determinou o levantamento do sigilo em autos de colaborações premiadas em diversas oportunidades, citando-se: Pet. 6.149 (23.11.2016); Pet. 6.122 (18.11.2016); Pet. 6.150 (21.11.2016); Pet. 6.121 (25.10.2016); Pet. 5.970 (01.09.2016); Pet. 5.886 (30.05.2016); Pet. 5.899 (09.03.2016); Pet. 5.624 (26.11.2015); Pet. 5.737 (09.12.2015); Pet. 5.790 (18.12.2015); Pet. 5.780 (15.12.2015); Pet. 5.253 (06.03.2015); Pet. 5.259 (06.03.2015) e Pet. 5.287 (06.03.2015). Na mesma linha, registro o julgamento, em 21.02.2017, do agravo regimental na Pet. 6.138 (acórdão pendente de publicação), ocasião em que a Segunda Turma desta Corte, por unanimidade, considerou legítimo o levantamento do sigilo de autos que contavam com colaboração premiada, mesmo anteriormente ao recebimento da denúncia.

No que toca à divulgação da imagem do colaborador, cumpre enfatizar que a Lei 12.850/2013 determina que, sempre que possível, o registro das respectivas declarações deve ser realizado por meio audiovisual (art. 4º, §13). Trata-se, como se vê, de regra legal que busca conferir maior fidedignidade ao registro do ato processual e, nessa perspectiva, corporifica o próprio meio de obtenção da prova. Em tese, seria possível cogitar que o colaborador, durante a colheita de suas declarações, por si ou por intermédio da defesa técnica que o acompanhou no ato, expressasse insurgência contra tal proceder, todavia, na hipótese concreta não se verifica, a tempo e modo, qualquer impugnação, somente tardiamente veiculada.

Assim, considerando a falta de impugnação tempestiva e observada a recomendação normativa quanto à formação do ato, a imagem do colaborador não deve ser dissociada dos depoimentos colhidos, sob pena de verdadeira desconstrução de ato processual perfeito e devidamente homologado.

Por fim, as informações próprias do acordo de colaboração, como,

PET 6745 / DF

por exemplo, tempo, forma de cumprimento de pena e multa, não estão sendo reveladas, porque sequer juntadas aos autos.

À luz dessas considerações, tenho como pertinente o pedido para levantamento do sigilo, em vista da regra geral da publicidade dos atos processuais.

5. Ante o exposto: (i) determino o levantamento do sigilo dos autos; (ii) defiro o pedido do Procurador-Geral da República para a utilização de cópia dos termos de depoimento dos colaboradores Benedicto Barbosa da Silva Júnior (Termo de Depoimento n. 39) e Leandro Andrade Azevedo (Termo de Depoimento n. 6) perante o Superior Tribunal de Justiça. Registro que a presente deliberação não importa em definição de competência, a qual poderá ser reavaliada nas instâncias próprias.

Atendidas essas providências, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de abril de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*